

Artigos – Turismo e Sociedade**Gênero e Trabalho no Turismo Amazônico: etnografia das condições materiais das mulheres ribeirinhas****Gender and Work in Amazon Tourism: ethnography of the material conditions of riverine women****Género y trabajo en el turismo amazónico: etnografía de las condiciones materiales de las mujeres ribereñas****Mayra Laborda¹ Cecília Ulisses Frade dos Reis² Ivan Conceição Martins da Silva³ Marina Hastenreiter Silva⁴**¹Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, AM, Brasil.²Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.³Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.⁴Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC/RJ), Niterói, RJ, Brasil.**Palavras-chave:**Turismo;
Amazônia;
Trabalho;
Gênero;
Comunidades tradicionais.**Resumo**

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar como as questões de gênero no trabalho feminino do turismo amazônico impactam as condições materiais das mulheres ribeirinhas. Para isso, adotamos uma abordagem multimétodos, combinando etnografia - coleta de dados por meio de conversas informais, diários de campo, entrevistas em profundidade, fotografias e observação participante - e materialismo histórico-dialético - crítica e análise dos dados. Utilizamos a categoria turismo amazônico como escolha metodológica para captarmos a dinâmica do turismo no complexo território amazônico. Os resultados indicaram: a) o trabalho no turismo amazônico reproduz a estrutura de divisão sexual do trabalho da comunidade (poder de decisão dos homens; atividades domésticas associadas às mulheres); b) as empresas do turismo amazônico são, exclusivamente, comandadas por homens; c) desvantagem política das mulheres; d) vulnerabilidade das mulheres às situações de violência (assédio sexual). Por fim, esperamos que esta pesquisa contribua para discussões sobre gênero e trabalho na área do turismo, sobretudo no Turismo Amazônico; ações contínuas de enfrentamento às práticas de assédio dos visitantes/turistas; e superação das restrições nas condições materiais de vida da mulher ribeirinha.

Keywords:Tourism;
Amazonia;
Labor;
Gender;
Traditional communities.**Abstract**

The present research aimed to analyze how gender issues in female labor within the Amazonian tourism sector impact the material conditions of women living along the riverbanks. To achieve this, we adopted a multimethod approach, combining ethnography—data collection through informal conversations, field diaries, in-depth interviews, photographs, and participant observation—and historical-dialectical materialism. Amazonian tourism reproduces the community's sexual division of labor (men hold decision-making power; domestic activities are associated with women); b) Amazonian tourism businesses are exclusively run by men; c) the political disadvantage of women; d) the vulnerability of women to situations of violence (sexual harassment). Finally, we hope that this research contributes to discussions on gender and labor in the field of tourism, particularly in Amazonian Tourism; ongoing actions to combat harassment practices by visitors/tourists; and the overcoming of restrictions in the material living conditions of riverine women.

Palabras clave:Turismo;
Amazonia;
Trabajo;
Género;
Comunidades tradicionales.**Resumen**

El objetivo general de esta investigación fue analizar cómo las cuestiones de género en el trabajo de las mujeres en el turismo amazónico repercuten en las condiciones materiales de las mujeres ribereñas. Para ello, adoptamos un enfoque multimétodo, combinando la etnografía - recopilación de datos a través de conversaciones informales, diarios de campo, entrevistas en profundidad, fotografías y observación participante y el materialismo histórico-dialéctico - crítica y análisis de los datos. Utilizamos la categoría de turismo amazónico como opción metodológica para captar la dinámica del

Revisado em pares.
Recebido em: 25/04/2025.
Aprovado em: 10/07/2025.
Editora: Verônica Feder Mayer

turismo en el complejo territorio amazónico. Los resultados indicaron: a) el trabajo en el turismo amazónico reproduce la estructura de la división sexual del trabajo en la comunidad (poder de decisión para los hombres; actividades domésticas asociadas a las mujeres); b) las empresas de turismo amazónico son dirigidas exclusivamente por hombres; c) las mujeres están en desventaja política; d) las mujeres son vulnerables a situaciones de violencia (acoso sexual). Finalmente, esperamos que esta investigación contribuya a las discusiones sobre género y trabajo en el sector turístico, especialmente en el turismo amazónico; a las acciones en curso para enfrentar las prácticas de acoso por parte de los visitantes/turistas; y a la superación de las restricciones en las condiciones materiales de vida de las mujeres ribereñas.



Como Citar: Laborda, M. et al. (2025). Gênero e Trabalho no Turismo Amazônico: etnografia das condições materiais das mulheres ribeirinhas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 19, e-3168, 2025. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v19.3168>

1 INTRODUÇÃO

A inserção do turismo em comunidades tradicionais amazônicas representa um fenômeno de transformação significativa, marcado pela reconfiguração dos modos de vida locais e pela introdução de novas dinâmicas socioeconômicas e ambientais nos territórios. Embora o turismo possa trazer benefícios econômicos para a unidade de produção familiar (grupo de pessoas orientadas para o autossustento coletivo), a distribuição de trabalho e bem-estar econômicas muitas vezes reflete e perpetua desigualdades de gênero arraigadas.

Quanto ao estado da arte, estudos têm destacado a importância de considerar as dimensões de gênero nas análises sobre o trabalho na Amazônia (Peralta & Alencar, 2008; Siqueira, 2006; Torres, 2019). Outras pesquisas têm abordado a participação feminina na força de trabalho turística, a divisão sexual do trabalho e as formas de organização coletiva das mulheres através do turismo (Fernandes et al., 2021; Lunardi, 2012; Peralta & Alencar, 2008; Silva & Steward, 2020). Contudo, ainda há uma lacuna significativa na compreensão específica dos efeitos do trabalho feminino no turismo amazônico sobre as condições materiais das mulheres ribeirinhas.

Diante desse cenário, a questão norteadora da pesquisa é: como o trabalho da mulher ribeirinha no turismo amazônico influencia no seu modo de vida e sua relação com a unidade de produção familiar?

A presente pesquisa se justifica devido à ausência de estudos sobre gênero no contexto das trabalhadoras do/no turismo amazônico; à carência de pesquisas que pontuem como o trabalho no turismo amazônico influencia as dinâmicas sociais, materiais, ambientais e territoriais nas comunidades amazônicas; e à necessidade constante de discussão acadêmica sobre a cultura do assédio no trabalho do turismo.

Nessa perspectiva, o objetivo geral deste estudo foi analisar como as questões de gênero no trabalho feminino do turismo amazônico influenciam nas condições materiais das mulheres ribeirinhas. Teve como parâmetro territorial a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã (RDSU), no estado do Amazonas, e o parâmetro temporal abarcou o período entre 2016 e 2024. No parâmetro temático, foram contemplados como questões de gênero os temas “divisão sexual do trabalho”, “assédio sexual” e “modos de vida das mulheres ribeirinhas”.

Utilizamos uma perspectiva multimétodos, combinando etnografia e materialismo histórico-dialético. Cada método trouxe contribuições próprias à pesquisa: a etnografia na coleta de dados por meio de conversas informais, diários de campo, entrevistas em profundidade, fotografias e observação participante; e o materialismo histórico-dialético na crítica e análise dos dados. Ambos foram utilizados de forma integrada e orgânica no planejamento da pesquisa, no embasamento teórico, e na própria redação do artigo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O desenvolvimento do presente estudo demandou uma longa pesquisa de campo. Para integrar teoria e campo, foi necessário a utilização complementar e simbiótica dos métodos da etnografia e do materialismo histórico-dialético. Em suma, o percurso metodológico teve quatro etapas.

Primeiro: pesquisa bibliográfica.

Pautando-nos na abordagem qualitativa, realizamos uma revisão de literatura na base de busca Publicação em Turismo e em repositórios significativos no contexto amazônico (TEDE UFAM, INPA, RIUFPA) a partir das palavras-chave “gênero”, “mulher”, “trabalho”, “Amazônia” e “turismo” em artigos científicos, livros, dissertações e teses.

Segunda: pesquisa de campo.

Vivências de campo na Amazônia no período entre 2016 e 2024. Ao total, foram sete incursões em campo, tanto por objetivos profissionais quanto acadêmicos, nas quais uma das autoras mergulhou densamente no cotidiano do lugar e dos sujeitos.

Quanto aos procedimentos éticos da pesquisa, em respeito à Resolução CNS 510/2016, obtivemos: a) a autorização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas, por meio da Autorização de Projetos n. 70/2022, para realização de pesquisa em unidades de conservação estaduais; b) autorização de cada um dos interlocutores entrevistados e fotografados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a Autorização de Uso da Imagem e Som; c) Aprovação do Comitê de Ética da Universidade Federal do Amazonas, via plataforma Brasil, sob o número 5.650.200. Destaca-se que os nomes dos sujeitos da pesquisa foram alterados a fim de preservá-los.

Como técnicas de coleta, utilizamos: conversas informais, diários de campo (2016-2023), entrevistas em profundidade, fotografias e observação participante.

Terceira: análise dos dados e discussão de resultados.

Poderia ser perguntado: “é possível que se faça etnografia com mais de um autor?” Ora, mas não seria a etnografia um método que vai além do trabalho de campo? Não seria o trabalho de campo o procedimento central da etnografia que se complementa a partir de debates com os pares, do emaranhado com a teoria, como bem nos lembra Peirano (2008)? Assim, a etnografia é composta de etapas das quais o trabalho de campo é uma delas.

Então, a resposta para a pergunta supracitada, considerando o contexto do presente artigo, é: “sim, é possível!”. A partir do momento em que se elege a multimetodologia (Flick, 2009) para orquestrar os caminhos metodológicos do estudo, os resultados do campo são trazidos por um autor e analisados à luz do materialismo histórico-dialético por todos. É a partir desse argumento que justificamos o uso da primeira pessoa do plural (nós) em detrimento da primeira pessoa do singular (eu), opção majoritária nas etnografias. Em suma, os dados foram coletados por um autor, mas a análise e a síntese foram pensadas por todos.

A partir deste enunciado, certamente viria um segundo questionamento: “é possível articular o uso da etnografia ao materialismo histórico-dialético?”. Nesse sentido, destaca-se a perspectiva crítica, intrínseca à dialética materialista, como fundamental às pesquisas etnográficas, por, dentre outras argumentações, entender que o homem produz seus meios de autossustento por meio de seu trabalho, ao passo que transforma duas realidades, a natureza exterior e a si próprio (Souza & Tiriba, 2017).

A etnografia facilitou a imersão no modo de vida ribeirinho, nas trocas, sociabilidades e no mundo do trabalho no turismo de pesca da RDSU, enfocando o olhar etnográfico para as condições materiais e históricas de gênero e mapeando as contradições preconizadas pela perspectiva crítica. Contudo, sem subordinar o campo à teoria, permitindo, portanto, que nos surpreenda (Peirano, 2008).

Quarta: textualização da pesquisa.

Associamos o referencial teórico aos resultados empíricos porque na dialética marxiana a teoria se articula à realidade concreta do objeto, não sendo relevante construir modelos explicativos extensos e detalhados à base de hipóteses e combates teóricos, como ocorre na tradição empirista e/ou positivista (Paulo Netto, 2011).

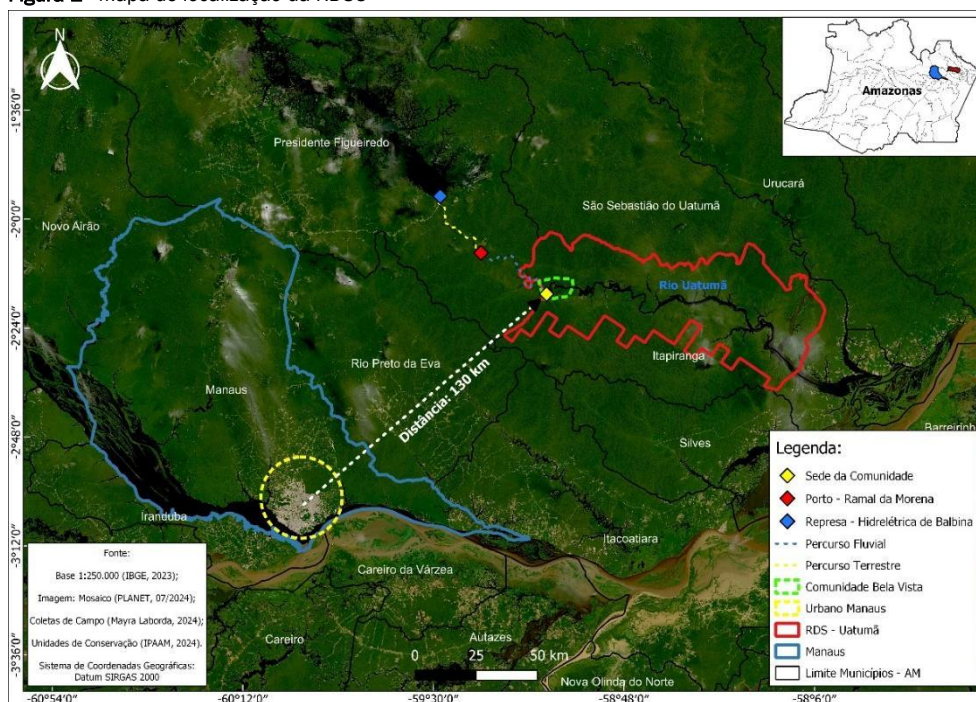
Conciliamos o método de redação da etnografia - cujas descrições densas visam reproduzir com máximo de apuração o movimento real do objeto pesquisado, enriquecendo o texto com falas, imagens e cenas - com o método de exposição marxiana - no qual as categorias mais básicas devem ser apresentadas primeiro até chegarmos ao movimento do complexo categorial em sua totalidade. Dessa forma, todo o texto está organizado em forma de sínteses entre teoria e campo, adicionando uma categoria por vez à descrição do movimento da totalidade investigada.

2.1 Lócus e sujeitos da pesquisa

A RDSU é uma unidade de conservação de uso sustentável. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tem como objetivo “preservar a natureza” e garantir as condições para a reprodução e melhoria dos modos de vida dos “povos tradicionais” que nelas desenvolvem suas territorialidades (Lei n. 9.985, 2000). Criada por meio do Decreto Estadual n° 24.295 de 25 de junho de 2004, com área territorial de 420.430 ha,

situa-se entre os municípios de São Sebastião do Uatumã e Itapiranga, nas antigas regiões do Baixo e Médio Amazonas, estando localizada aproximadamente 200 km, em linha reta, de Manaus (Figura 1).

Figura 1 - Mapa de localização da RDSU



Fonte: Santos (2025).

Na RDSU vivem 361 famílias, distribuídas em 20 comunidades, divididas em três polos devido à extensão territorial e à dificuldade de gerenciamento (Amazonas, 2018). Os sujeitos sociais deste estudo são os ribeirinhos. Conforme Almeida (2013) estes incluem uma variedade de identidades coletivas (quilombolas, seringueiros, indígenas, pescadores artesanais, entre outros) com modos de vida alinhados ao funcionamento natural do bioma e ressignificando espaços, compondo, conjuntamente, o metabolismo social da Amazônia. Cada grupo possui uma organização própria, que enfrenta conflitos e reivindica territórios contra os interesses do Capital. O termo "ribeirinho" evoluiu de uma designação genérica para uma identidade mobilizadora em contextos de luta política. A literatura científica reconhece o ribeirinho como alguém que mantém uma relação simbiótica com a natureza, embora seu sustento possa envolver trabalho assalariado e produção para troca. Entretanto, é importante não os idealizar como naturalmente conservacionistas, mas reconhecer suas práticas culturais que promovem um uso sustentável da natureza, dadas as especificidades de seu território (Almeida, 2013; Chaves et al., 2008; Cunha & Almeida, 2001).

Os ribeirinhos da RDSU têm suas economias baseadas, principalmente, na agricultura, extrativismo e pesca, com dinâmicas pautadas na precipitação e no nível dos rios, além das imposições legalistas do DEMUC/SEMA e Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), por viverem em uma Unidade de Conservação (UC). Essas atividades econômicas são realizadas em rodízio. Há ainda o extrativismo madeireiro e não-madeireiro. A diversificação das atividades é necessária, alterna-se a fonte de renda e de alimentação conforme a sazonalidade, e são regulamentadas pelas Regras de Uso da RDS, que estabelecem as Zonas de Uso da UC e a permissão nas respectivas zonas, conforme o Plano de Gestão (Amazonas, 2009; 2018). A agricultura e a pesca têm lugar de destaque, pois servem como fonte de renda e constituem a base da alimentação.

O turismo de pesca na RDSU é realizado no período da temporada de pesca esportiva (agosto a dezembro). Nesse período, o espaço da RDSU é perpassado por novas relações sociais e volta o seu cotidiano para o turismo. Reabrem-se as pousadas comunitárias para receber os turistas, e parte dos pescadores, agricultores e donas de casa passa a exercer novas funções vinculadas ao turismo.

2.2 Turismo amazônico

Turismo é um fenômeno socioeconômico cuja complexidade pode ser observada em diferentes aspectos. Quanto ao território, há diferenças substantivas na apreensão e nos impactos do turismo nos meios urbano, rural e natural. Quanto à forma, ele possui incontáveis segmentos, seja pelo conteúdo demandado (como turismo cultural) ou pela estratégia de gestão (como turismo de base comunitária). Muitas categorizações já foram propostas (sejam científicas ou mercadológicas), mas nem sempre elas dão conta da diversidade territorial.

O turismo na Amazônia detém características distintas de outras regiões do Brasil. Devido ao território com acesso oneroso, a Amazônia possui alguns entraves relacionados à logística, infraestrutura, marketing e qualificação. Assim, torna-se necessário contextualizar e distinguir que o turismo na Amazônia (ecoturismo, turismo de base comunitária, turismo rural, turismo cultural, turismo em terras indígenas) ocorre de maneira específica. Nesse direcionamento, Costa Novo (2019) engendra a categoria “turismo amazônico”:

Proponho o Turismo Amazônico não como segmento do turismo, mas sim uma categoria reflexiva de pensar o turismo na e para a Amazônia a partir de uma formação que tenha uma relação profunda com ambiente, tendo em vista a necessidade da conservação ambiental e da biodiversidade como condições para a continuidade da vida e, também, pelos motivos nas quais os visitantes buscam este lugar, independente da nomenclatura que o turismo receba, eles desejam conhecer as florestas, o rio, os animais, a cultura, em resumo, a sociobiodiversidade (Costa Novo, 2019, p. 142, grifo nosso).

Observamos três elementos: ambiente, cultura e visitantes. O conceito de Amazônia é fruto de um embate teórico de décadas que em função da ausência de rigor metodológico, variou entre extremos ufanistas e negativistas (Ferreira Filho, 2007). Pela ótica territorial, biológica, geográfica e/ou da globalização, Gondim (2019) afirma que é um conceito inventado pela colonização, a partir das incursões de cronistas e viajantes. Consideramos que a Amazônia Brasileira é uma região composta por nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão.

O turismo amazônico é constituído por turistas/visitantes interessados no funcionamento simbiótico entre recursos naturais e modos de vida locais. Por isso, considera-se que o contexto ultrapassa o âmbito teórico, e abrange as vivências empíricas. Assim, replicar, na Amazônia, quadros teóricos de turismo rural do sul do país ou TBC do norte do país seria um erro no sentido teórico, epistemológico e metodológico. Por ele demandar uma abordagem específica devido às suas características singulares, exige-se repensar estratégias de conservação ambiental (Costa Novo, 2019). Assim, utilizar o turismo amazônico como ferramenta de observação e interpretação da realidade é uma escolha metodológica para alcançarmos a especificidade da dinâmica do turismo nesses territórios, inclusive o trabalho e as questões de gênero, frequentemente negligenciadas, a fim de compreender as dinâmicas econômicas e sociais envolvidas (Peralta & Alencar, 2008).

3 TRABALHO NO TURISMO AMAZÔNICO

Marx (2017) e Lukács (2013) entendem a categoria trabalho em dois aspectos dialeticamente interligados. No aspecto ontológico, o trabalho é toda atividade humana de transformação da natureza, incluindo a transformação do próprio ser humano. Já no aspecto histórico, a expressão do trabalho (social) é determinada pelas condições materiais e pelo modo de produção predominante em cada sociedade. O aspecto ontológico indica a permanência na diferença (dialética) da categoria, enquanto o aspecto histórico indica a forma que o trabalho assume em determinados territórios e tempos.

O trabalho atualmente vigente no sistema capitalista é predominantemente o assalariado, isto é, venda da força de trabalho pela classe trabalhadora em troca de salário (ainda que este apareça em formas variadas de remuneração) (Marx, 2017). Os trabalhadores do turismo vivem da sua força de trabalho e as empresas de turismo (popularmente chamadas de trade turístico) lucram pela exploração dos trabalhadores.

Podemos ver que as duas classes possuem escalas - tanto trabalhadores com mega salários quanto em estado de miséria, tanto megaempresas quanto pequenos negócios. Esses últimos também podem ser entendidos como classe média ou mesmo parte da classe trabalhadora, mas destacamos como esse é

um arranjo mais complexo do que ‘Grande Capital x Trabalhador hiper explorado’. Muitas empresas de turismo se enquadram nessa situação, como pequenas agências de turismo, pousadas, atrativos turísticos locais etc. Segundo o Ministério do Turismo (Moura, 2022), quase 90% das empresas de turismo no Brasil são enquadradas como pequenas ou micro.

Ademais, identificamos formas diversas de assalariamento. Em empresas de transporte aéreo, salários fixos. Em agências de turismo, salários extremamente dependentes das comissões em vendas. Em eventos, contratações temporárias apenas durante o trans-evento. Em hotéis e restaurantes, remuneração variável, de acordo com os 10% da taxa de serviço e gorjetas. Os guias de turismo, majoritariamente autônomos, o Capital faz essa regulação indiretamente (Marx, 2017).

Partindo das premissas do materialismo histórico-dialético, entendemos que o sistema de produção e as relações econômicas de determinado período-espço serão a base material da vida social de cada sociedade (Marx & Engels, 2011). Por isso, a organização e a expressão do trabalho são determinantes para as condições materiais dos seres humanos. Identificar qual forma de trabalho predominante em um território possibilita entender as condições econômicas, saúde (física e mental), relações de poder (intra e extra comunidade), desenvolvimento cultural, status, consciência de classes e organização coletiva dos trabalhadores.

Nas comunidades ribeirinhas, o mundo do trabalho é caracterizado por um sistema solidário de trocas, marcado pela ajuda mútua entre os grupos domésticos, envolvendo rotinas de partilha e interdependência, além de parcerias no processo produtivo. Essas comunidades promovem um fluxo dinâmico que, ao mesmo tempo em que preserva princípios tradicionais, também inova na recriação de práticas, saberes e habilidades (Chaves & Simonetti, 2020). O trabalho no turismo pode ser considerado como uma dessas inovações, que imprime novas lógicas e relações de trabalho.

Considerando que o turismo amazônico pode ser uma categoria própria, o trabalho em territórios tradicionais amazônicos diverge de outras regiões brasileiras, inclusive da área urbana da Amazônia, representando um novo fator sobre a base material local, podendo até reconfigurar as relações sociais estabelecidas. Para Laborda e Scherer (2024), o trabalho no turismo em comunidades ribeirinhas amazônicas soma-se às atividades pluriativas já existentes no calendário de trabalho ribeirinho. As iniciativas de turismo, também mediadas por trocas familiares e comunitárias, têm os ribeirinhos como protagonistas e respeitam o tempo da natureza, ou seja, o ciclo das águas (vazante, seca, enchente e cheia).

Esses territórios, majoritariamente, não possuem conexão de telefone e internet, dificultando a divulgação e venda dos serviços. Bursztyn (2012) enfatiza que a comercialização do turismo de base local é um problema enfrentado por iniciativas de todo o Brasil. A ausência de estratégia para inserção dos projetos no mercado turístico é o principal fator de encerramento das iniciativas após o período de incubação propiciado por apoio financeiro externo (ONGs, agências internacionais e governo local).

Tal cenário culmina na terceirização do trabalho de marketing e total dependência de agências urbanas. Embora se tenha avançado nos últimos anos, a partir da chegada da internet e das redes de telefonia às comunidades, ainda persiste uma relação de dependência e exploração, uma vez que, em muitos casos, as agências estipulam o percentual ao qual têm direito, mesmo o maior custo monetário e força de trabalho sendo das famílias ribeirinhas.

O trabalho de logística e gestão financeira dos empreendimentos familiares/comunitários é feito, geralmente, pelos donos da pousada (homens, tanto os pais/chefes de família quanto os filhos mais velhos). Eles fecham os acordos com as agências e transitam até a cidade mais próxima para compra de insumos, alimentos e bebidas ofertados aos turistas. Este trabalho demanda serviços o ano todo, mesmo que o turismo no território se reduza a uma temporada, como a pesca esportiva (3 e 4 meses do ano).

A gente tenta comprar o máximo de coisa da comunidade, macaxeira, farinha, biju, um cheiro verde, um jerimum ... até fruta a gente tenta, mas é difícil! O que a comunidade produz não supre a nossa demanda. Aí é melhor trazer da cidade [...] hoje ninguém quer tá plantando farinha não! é trabalhoso demais! Muita gente prefere o turismo, é só naqueles meses mas é um bom valor! (Irineu, agricultor e dono de pousada, maio de 2018).

Na fala do Sr. Irineu, percebemos que o turismo modifica os modos de vida ribeirinho. Para Chaves e Simonetti (2020), são dilemas da sociedade capitalista se sobrepondo à lógica comunal ribeirinha de organização do trabalho. Esses modos de vida compreendem "as redes de relações de ajuda mútua e de vizinhança com as outras comunidades, as condições de moradia, alimentação, divisão do trabalho, lazer e a sustentabilidade expressa nas práticas de manejo de recursos locais" (Chaves, 2020, p. 59). Ademais, a estruturação de suas famílias e a forma como se organizam socialmente são fatores primordiais no entendimento do *modus vivendi* e da dinâmica de trabalho.

Há o trabalho de transportar os turistas do aeroporto/hotel até as comunidades, geralmente, pelo trajeto rodofluvia. Algumas agências levam os turistas até as pousadas ou barco-hotéis, outras contratam o serviço de transfer de empresas/cooperativas/associações comunitárias. Na RDSU existem os autointitulados operadores de turismo e piloteiros. Os operadores, moradores da Vila de Balbina são responsáveis por buscar os turistas no aeroporto ou hotéis e levá-los até o porto da Morena, entrada do rio Uatumã. De lá, os piloteiros assumem e transportam os turistas em lanchas até as pousadas. Os piloteiros também guiam os turistas nas pescarias.

Nas pousadas existem os trabalhos de arrumadeiras e cozinheiras, podendo às vezes haver acúmulo de funções. Às arrumadeiras cabe a lavagem de roupas, limpeza dos quartos e demais áreas da pousada. Às cozinheiras, o preparo da alimentação e a limpeza da cozinha. Nas 20 comunidades e cerca de 15 pousadas em funcionamento na RDS, esses trabalhos são destinados quase exclusivamente às mulheres, demarcando uma questão de gênero.

Observamos que a entrada do turismo apresenta ao território amazônico novas atividades profissionais mais próximas da forma de trabalho assalariado predominante no capitalismo. Em circunstâncias de limitação do arranjo local, um assalariamento relativamente maior advindo do turismo tende a valorizar a lógica individualizante/capitalista em detrimento da lógica comunal estabelecida.

O turismo traz a forma empresa, permitindo formação de capital. Porém, os proprietários não se tornam capitalistas, pois grande parte do lucro fica com as agências/mediadoras urbanas. Cada avanço nas condições materiais e tecnológicas das comunidades abre a possibilidade de proprietários locais diminuírem a dependência das mediadoras urbanas e acumularem capital. Contudo, a exploração por esse capital externo garante que não haja rendimento o suficiente para alteração radical da base material no território. Conseqüentemente, essa cadeia de exploração de mais-valia reforça a permanência das condições de trabalho exaustivas e impede que o turismo influencie na divisão sexual do trabalho estabelecida, na qual somente homens podem ser proprietários das empresas locais.

4 GÊNERO E TRABALHO NA AMAZÔNIA

Gênero é uma categoria analítica que desvela as dinâmicas de poder e hierarquias sociais entre homens e mulheres na sociedade. Sua concepção ressalta as dimensões social e cultural da produção da vida, evidenciando como as normas de gênero são internalizadas e reproduzidas nas instituições sociais. Ademais, considera-se a articulação do gênero com outras categorias de análise, como classe e raça, especialmente no contexto do trabalho e da divisão sexual do trabalho. Nessa perspectiva, o gênero emerge como uma ferramenta essencial para compreender as desigualdades sociais e promover a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres (Kergoat, 2014; Hirata, 2002; Saffioti, 2011).

O gênero também é categoria central em estudos sociológicos sobre os modos de vida (Lobo, 1992), pois revela como as dinâmicas de trabalho e relações familiares são moldadas por normas que geram desigualdades e discriminações entre homens e mulheres. Essa perspectiva proporciona insights na organização coletiva e políticas públicas mais inclusivas e equitativas (Hirata, 2002). Olhar para o trabalho a partir do feminismo materialista significa enxergá-lo enquanto categoria clássica, sociológica e politicamente central, propiciado pelo respeito das relações entre indivíduo e sociedade e ao poder de organização da vida em sociedade (Hirata & Kergoat, 2020; Kergoat, 2014).

Uma importante contribuição feminista para o debate sobre trabalho e gênero é a reinterpretação do conceito de trabalho, através da crítica àqueles que ignoravam as mulheres como integrantes da classe operária e da ampliação do seu sentido, para além do trabalho dito produtivo e remunerado (Kergoat, 2014). Na Segunda Onda do feminismo (1960-1970), as mulheres se organizaram politicamente, construíram o feminismo também como projeto intelectual nas universidades e assinalaram que o trabalho doméstico, exercido historicamente pelas mulheres, de forma gratuita, é trabalho (Mello, 2010; Adelman, 2009).

Ainda que hoje as mulheres sejam representadas “em primeiro lugar como trabalhadoras e depois como mães-esposas” (Kergoat, 2014), a importância dessa discussão persiste. Referente ao trabalho doméstico e de cuidado de pessoas, em 2022, dentre a população ocupada, as mulheres dedicaram, em média, 6,8 horas semanais a mais que os homens, e dentre a população desocupada, as mulheres dedicaram 11,6 horas a mais que os ho-

mens. Ademais, a presença de crianças de até 6 anos no domicílio afeta negativamente a participação de mulheres na força de trabalho (cai de 66,2% para 56,6%), enquanto para os homens, há aumento da sua participação (82,8% para 89%) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2024).

Outro conceito central no debate sobre trabalho e gênero é o da divisão sexual do trabalho, no qual a esfera reprodutiva é atribuição prioritária das mulheres, e a esfera produtiva aos homens (Hirata & Kergoat, 2020). Apesar da reprodução (produção social de seres humanos) estar historicamente subordinada à produção (produção social de bens), mesmo antes do capitalismo (Combes & Haicault, 1986), o trabalho doméstico, embutido na reprodução, é condição fundamental para o trabalho assalariado (Mies, 2014), uma vez que garante a “reprodução do trabalhador de quem se tira a mais-valia” (Rubin, 2017, p. 14).

No contexto amazônico ribeirinho, o trabalho de reprodução é mais crucial porque os trabalhos na agricultura, como a produção de farinha, necessitam de muitas mãos. Quanto mais filhos uma mulher tiver, ou seja, quanto mais integrantes na unidade de produção familiar, maior será a pluriatividade, a dedicação ao trabalho e, conseqüentemente, os excedentes que obtêm valor de troca nas feiras das cidades.

Dois princípios organizam a divisão sexual do trabalho em sua estrutura: a) separação, no qual determinadas tarefas são “trabalho de homem” e outras “trabalho de mulher”; b) hierarquização, no qual o trabalho de um homem seja mais valorizado que o trabalho de uma mulher, tanto em termos simbólicos quanto financeiros (Hirata & Kergoat, 2020).

Esses princípios têm variabilidade, em diferentes contextos sociais ou históricos uma mesma profissão pode ser considerada masculina ou feminina (Hirata & Kergoat, 2020). Contudo, a desvalorização do trabalho das mulheres permanece. Paulilo (1987) ao pesquisar trabalho na agricultura evidencia que, ao tratar das diferentes tarefas nas lavouras, as atividades realizadas por mulheres tinham remuneração mais baixas que as dos homens, inclusive determinando o pagamento. Perrot (2019) reitera que a entrada de mulheres em profissões predominantemente masculinas é vista como uma ameaça, pois acarreta na diminuição da sua remuneração e prestígio.

A divisão sexual do trabalho na Amazônia possui diferentes contornos conforme a configuração social do território e as identidades culturais presentes, divergindo significativamente uma da outra, a depender da comunidade em análise. Por isso, percebemos alteridades na definição dos tipos de tarefas que são consideradas “trabalhos de homem” e “trabalhos de mulher”. Em Alenquer (Pará) e Parintins (Amazonas), as mulheres fazem a pesca do camarão, evidenciando uma aparente subversão da tradicional patriarcalidade. Contudo, Brasil (2015) e Rodrigues (2018) afirmam que a atividade feminina da pesca é considerada de menor valor social porque a pesca de prestígio é aquela realizada pelos homens: a pesca de peixes, seja para consumo da unidade de produção familiar ou com destinação comercial. Essa desvalorização incide no âmbito das políticas públicas porque essas mulheres não têm direito a receber o seguro-desemprego. Isso atesta a falta de reconhecimento e estímulo do Estado com a atividade de trabalho dessas mulheres.

D’incão e Cotta Júnior (2001) destacam a invisibilidade da mulher nas pescarias amazônicas, seja de camarão ou peixes, na literatura acadêmica. Os estudos privilegiam homens na pesca contribuindo para o apagamento das mulheres como participantes e/ou protagonistas da pesca. Veríssimo (1970) relembra que as mulheres, desde os tempos imemoriais, participaram das pescarias amazônicas, sobretudo as de longo período. A elas cabia a limpeza, remoção de vísceras, salga dos peixes, preparo das refeições dos pescadores e cuidado dos filhos.

Para Torres (2019), o rio está para o homem assim como a terra está para a mulher. Logo, o trabalho na pesca, realizado em esfera pública, é majoritariamente praticado pelos homens. Já o trabalho na agricultura é realizado em esfera privada pelas mulheres. Elas são invisibilizadas e vistas como “ajudantes” mesmo que atuem como protagonistas, na ausência de homens, ou coprotagonistas, na presença deles.

Nas comunidades ribeirinhas, ainda que a mulher desempenhe a mesma função do homem, como na pesca e agricultura, ela é percebida como ajudante e o homem como trabalhador. Nas economias pré-capitalistas e não-assalariadas nas quais a produção deriva do autossustento, os homens são os responsáveis pelas finanças da família. Quando há excedentes da produção agrícola ou da pesca artesanal, os homens vendem na feira da cidade mais próxima. No caso das pescadoras de camarão supracitadas, observa-se um protagonismo feminino em todas as etapas do processo, desde a captura até a comercialização. Contudo, essa participação pode ser atribuída à menor valorização social das atividades consideradas “trabalho de mulher”.

Apesar das mulheres terem hoje mais acesso que os homens à educação de todos os níveis em muitos os países, o emprego feminino é bipolarizado (Hirata, 2015). Num polo minoritário estão as “executivas, profissionais intelectuais de nível superior, relativamente bem remuneradas, ocupando postos de responsabilidade e prestígio social” (Hirata, 2015, p. 5). Já no polo majoritário, estão:

mulheres em setores tradicionalmente femininos, pouco valorizados socialmente e com salários relativamente baixos: empregadas domésticas e diaristas, a segunda categoria profissional mais numerosa no Brasil após o comércio (cf. Oliveira Teixeira, 2013, p. 49), perfazendo cerca de sete milhões, segundo o Censo de 2010; setor público de saúde (auxiliares e técnicas de enfermagem); educação (professoras de pré-escola e ensino fundamental, sobretudo); prestação de serviços (escriturárias, secretárias) e comércio (caixas, vendedoras); profissionais do trabalho de cuidado (babás, cuidadoras) (Hirata, 2015, p. 5).

Por isso, o estereótipo midiático da mulher trabalhadora jovem, livre e bem-sucedida, não corresponde à realidade da maioria das mulheres (Kergoat, 2014). O que se observa são diferentes formas de conciliação entre vida familiar e profissional (Hirata, 2015). Na configuração tradicional, as mulheres se ocupam do trabalho doméstico e os homens são os provedores. Embora este modelo esteja cada vez mais em desuso, ainda faz parte da realidade, especialmente em famílias com muitos filhos.

Segundo Lazzarini (2003), as famílias nas RDSU tinham entre 7 e 12 membros em 2002. Podemos deduzir que havia entre 5 e 10 crianças em uma unidade de produção familiar. Nosso último campo (novembro de 2023) revelou que, atualmente, uma família costuma ter, em média, entre três e cinco crianças. Destaca-se que de acordo com relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFP) (2023), a média nacional de filhos por mulher é 1,6.

Homens e mulheres trabalham na agricultura com diferentes tarefas. Porém, a mulher acorda mais cedo para preparar o café da manhã e as garrafas de café que levarão para a roça. Ocupa-se também do almoço, jantar e cuidado das crianças, ou seja, realiza o trabalho doméstico e de cuidados, que não são vistos como trabalho de fato e sem compensação financeira, podendo levá-las ao total esgotamento físico e mental.

Destaca-se que as crianças iniciam o trabalho cedo. Os meninos aprendem a pescar, caçar, roçar, derrubar madeira, fazer barcos, construir casas. As meninas, prioritariamente, o trabalho doméstico, mas também acompanham o trabalho dos meninos, para saberem “se virar” na ausência masculina.

Quando uma família chega numa comunidade, que ela vai construir a sua casa e a sua vida do zero é preciso muita força de vontade. Tu tem que limpar o terreno todo, tem que tirar madeira pra levantar a casa. Fazer roçado, plantar e pelo menos uma horta. As pessoas julgava muito nós, dizia que nós era mal com nossos filhos, que nós botava eles pra trabalhar que nem bicho! Eles não entendiam que a gente precisava comer, precisava de ajuda na roça, era isso ou morrer de fome! Eles chegavam da escola umas 11h [anos 2000], daí a gente dava um almoço pra eles, que geralmente era arroz com feijão, e de lá já partia pra roça, naquele sol lascado. Até entardecer! Não tinha sossego, todo dia era isso! (Dona Carminha, agricultora e moradora da comunidade Bela Vista, novembro de 2023).

O segundo modelo de divisão sexual do trabalho é o de conciliação, no qual as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico e trabalham fora (Hirata, 2015). Diferentemente, dos homens que realizam apenas o trabalho profissional. Para as mulheres das comunidades ribeirinhas da RDSU, as possibilidades de trabalhar fora são serviços gerais, merendeiras nas escolas da comunidade e, esporadicamente, limpeza/cozinha da Torre ATTO ou de pousadas turísticas.

A terceira configuração é o modelo da parceria, no qual o trabalho doméstico e de cuidados é dividido entre homens e mulheres. Ainda é muito difícil de existir porque pressupõe igualdade de condições (Hirata, 2015). Nos campos que etnografamos não identificamos essa configuração. Por último, Hirata (2015) define o modelo de delegação, que parece abarcar a maior parte da realidade no Brasil, ainda que tendencialmente:

a mulher delega a outras mulheres o cuidado com a casa, família e crianças. Por exemplo: mulheres executivas e com postos de responsabilidade só podem trabalhar se outras mulheres, desprovidas de recursos e necessitando trabalhar para sustentar a família, assegurarem essas tarefas. O primeiro grupo de mulheres não pode existir sem o outro (Hirata, 2015, pp. 5).

Sabe-se que as mulheres de baixa renda ao se inserirem no emprego doméstico também precisam delegar os cuidados dos seus filhos à rede de apoio informal (amigas, vizinhas, familiares ou outras mulheres próximas) para criarem seus filhos enquanto cuidam dos filhos das patroas. Muitas delas não conseguem vagas em creches públicas ou escolas de período integral e tampouco podem pagar por esse serviço. Na RDSU, quando precisam

trabalhar muitos dias fora, no caso da Torre ou do turismo, as mulheres optam por deixar com parentes, ou, no caso de não terem familiares, com as vizinhas.

A gente cuida do Joca tem uns dois anos. Primeiro, a mãe dele conseguiu emprego na Torre, às vezes ela ficava tempo sem vim. Aí ele foi se acostumando com a gente. Quando ela vem pra buscar ele, ele num quer ir! E ele já virou parceiro do Dionísio [espos], meus meninos já casaram, ele que ajuda nós em tudo aqui (Dona Florzinha, merendeira, agricultora, novembro de 2023).

É comum às mulheres ribeirinhas que conseguem trabalhar na escola deixarem suas crianças sob a responsabilidade das filhas meninas, mesmo sendo mais novas que os meninos.

Essa daí [filha de 27 anos] já cozinhava feijão que era uma beleza quando era gita [pequena] ainda. Eu ia me embora pra roça, ela chegava cedo da escola e já deixava a comida pronta pra me ajudar. (Dona Maria, agricultora, em 2018).

Dona Maria possui cinco filhos, sendo três homens e duas mulheres. Nesse relato, a filha e o filho mais velhos trabalhavam com os pais, enquanto a filha mais nova cuidava dos outros irmãos dois/três anos mais velhos que ela.

O fato de as filhas ficarem responsáveis pelos irmãos, mesmo sendo mais novas que eles, justifica-se simplesmente por serem meninas, exemplificando a manifestação material do gênero na organização do trabalho reprodutivo (Mathieu, 2009). Ademais, o aprendizado da culinária desde a infância revela que essas mulheres são inseridas precocemente em um processo formativo do trabalho doméstico e de cuidado, no qual adquirem tais habilidades. Contudo, o mercado de trabalho reconhece como algo da “natureza” das mulheres, e consequentemente, oferece baixa remuneração (Hirata & Kergoat, 2020). O fato de ser mulher já as qualifica para o emprego no trabalho doméstico.

O aspecto de gênero impacta no trabalho das mulheres do território amazônico em qualidade e quantidade. Na divisão sexual do trabalho nesses territórios, o princípio de separação resulta em uma desproporção de tarefas assumidas por homens e mulheres. O trabalho reprodutivo sempre é uma demanda oculta da produção social, mas nessas comunidades a quantidade é ainda maior, impactando diretamente a vida das mulheres. A divisão sexual do trabalho local atribui às mulheres tanto trabalho doméstico quanto produtivo. Na ausência de homens no núcleo familiar, as mulheres cobrem suas atividades. Porém, na ausência de mulheres, são outras mulheres que assumem as tarefas (filhas, familiares ou vizinhas). Nesse sentido, o princípio de hierarquização garante que os trabalhos de decisão sejam exclusivos a homens, independentemente da idade, ao passo que invisibilizam a atuação (fundamental) das mulheres no trabalho produtivo.

5 GÊNERO E TRABALHO NO TURISMO AMAZÔNICO

Apesar do turismo amazônico apresentar novas formas de trabalho e produção às comunidades locais, a dinâmica de divisão sexual do trabalho e responsabilização das mulheres ao trabalho doméstico permanecem intrínsecas. Identificamos três facetas do trabalho de mulheres no turismo amazônico atravessadas pelo gênero: divisão sexual do trabalho; assédio sexual; e impactos nos modos de vida das mulheres ribeirinhas.

Na dinâmica de trabalho na RDSU, as pousadas são administradas pelas famílias ribeirinhas. Os homens são responsáveis pela tomada de decisões (idealização da pousada, trâmite de legalização junto aos órgãos gestores da RDS; financiamento e/ou empréstimos; planejamento logístico; gestão financeira; contratação de funcionários). As mulheres se ocupam do operacional (preparação da alimentação, lavanderia, tarefas de limpeza e arrumação). As filhas são inseridas nesse trabalho, enquanto os filhos aprendem o processo logístico. Também são contratadas pessoas fora do núcleo familiar para trabalharem como arrumadeiras (sempre mulheres) e pessoas para a cozinha (predominantemente mulheres). Contudo, na pesquisa de campo, observamos dois homens homossexuais que exerciam a função de cozinheiro. Estando fora das normas convencionais de masculinidade, foram considerados “aceitáveis” para ocupar essa função geralmente atribuída às mulheres.

Não é surpreendente que essas mulheres assumam o trabalho de limpeza e cozinha das pousadas, pois já realizam em âmbito doméstico, de forma gratuita. Contudo, isso contribui para a desvalorização dessa atividade pelo mercado de trabalho. Ademais, essas mulheres também naturalizam e enxergam como algo individual o processo educacional e formativo que propicia esta inserção: “elas interiorizam a banalização de sua própria qualificação e se encontram, por isso, pouco armadas quando se trata de negociar um salário conveniente. Esse é um dos principais obstáculos à mobilização coletiva dessas mulheres” (Hirata & Kergoat, 2020, p. 26).

Siqueira (2006) destaca que as mulheres estão sujeitas às decisões dos maridos nas unidades domésticas amazônicas, por exemplo: Quais atividades de trabalhos serão desenvolvidas pela família? Qual será a refeição do dia? Qual o destino do dinheiro arrecadado com a venda do excedente da produção agrícola, pesca e extrativismo? O autor alerta que qualquer que seja o projeto político de intervenção nessas localidades (crédito rural, benefícios governamentais, cursos de formação) deve-se pautar a equidade de participação de homens e mulheres, para que relações desiguais de gênero não sejam perpetuadas.

Cada pousada é conhecida como a pousada de determinada pessoa, que é sempre um homem, que faz parte de um casal heterossexual. Se um homem vier a falecer, quem assumirá a pousada é o filho homem mais velho, ainda que a mãe encabece todo o operacional. A pousada estar associada a uma figura masculina parece fornecer prestígio, fama e respeito. Ao mesmo tempo, as mulheres (viúvas/mães) não se sentem aptas/confortáveis para assumir essa função, pois a divisão sexual do trabalho está enraizada cultural e estruturalmente.

O transporte dos turistas até as pousadas por meio das lanchas (voadeiras) é um trabalho masculino com a função de “piloteiros”. Além do pagamento recebido por essa ocupação, que à época da pesquisa era de R\$ 150,00 por dia, frequentemente eles recebem gorjetas dos turistas. O mesmo não acontece nas atividades tipicamente femininas na RDSU - camareiras e cozinheiras, refletindo a desigualdade de gênero na valorização social dos diferentes trabalhos. Parte das mulheres desejam trabalhar como piloteiras, algumas tentaram convencer os maridos a planejarem pacotes exclusivos para as mulheres, mas não conseguiram realizar até o momento presente. Nos cursos realizados na RDSU para emissão de carteiras náuticas, participaram apenas homens. Quando questionadas, as instituições que promoveram o curso (SEMA, FAS, IPAAM) afirmaram que, em nenhum momento disseram que o curso seria exclusivo para os homens, contudo não enfatizaram a possibilidade de participação das mulheres.

Como visto, o trabalho no turismo amazônico reproduziu a estrutura de divisão sexual do trabalho da comunidade, perpetuando a dinâmica capitalista e patriarcal de organização social e produtiva que ocorre para além do contexto ribeirinho amazônico. Assim, manteve-se o poder de decisão com os homens e o trabalho associado ao doméstico com as mulheres. Essa divisão de cargos no turismo não é exclusiva a comunidades tradicionais, mas uma tônica do setor (Hutchings et al., 2020). Porém, chama atenção que as empresas sejam, exclusivamente, comandadas por homens.

Notamos que comunidade e Estado legitimam a perpetuação da divisão sexual do trabalho no turismo ao desconsiderar o acesso à educação profissional formal, como a carteira de habilitação náutica para as mulheres trabalharem como piloteiras. Se nos casos de direção das pousadas, a cultura exerce constrangimento nas mulheres; no transporte, elas expressaram interesse. Qual o motivo para o Estado não garantir essa formação? Essas mulheres ao conquistarem novas formações e novos cargos reafirma o desejo coletivo de mudança na divisão sexual do trabalho consolidada.

Ademais, o tema assédio sexual foi evidenciado durante o trabalho de campo na RDSU. As definições, tanto no âmbito jurídico quanto acadêmico, em diferentes países, são variadas. Se o conceito nasce fazendo referência às condutas masculinas no contexto das relações de trabalho, alguns estudiosos apontam que o assédio sexual trata de relações de poder que não se restringem a esse contexto (Alemany, 2009).

Conforme Lopes de Amorim e Bueno (2019, p. 157), o assédio sexual caracteriza-se pelo “constrangimento por palavras, gestos ou atos com o objetivo de obter vantagem sexual”. Segundo Bragason (2016), o assédio sexual é um problema difundido no turismo que afeta mais mulheres do que homens, e ocorre por parte de clientes, colegas de trabalho, supervisores e fornecedores.

Nesta pesquisa, o assédio sexual parece ocorrer principalmente nas cozinhas das pousadas onde turistas, trabalhadoras/es e a família dona da pousada circulam. Contudo, há divisões simbólicas perceptíveis, por exemplo, a mesa dos piloteiros e a mesa dos turistas (Figura 2). No horário das refeições, as cozinheiras colocam todo o alimento e louças em uma terceira mesa, os turistas se servem e levam os pratos para sua mesa. Os piloteiros, por sua vez, comem em uma mesa ao lado, e nem sempre é o mesmo tipo de comida.

Figura 2 - Cozinha de uma Pousada

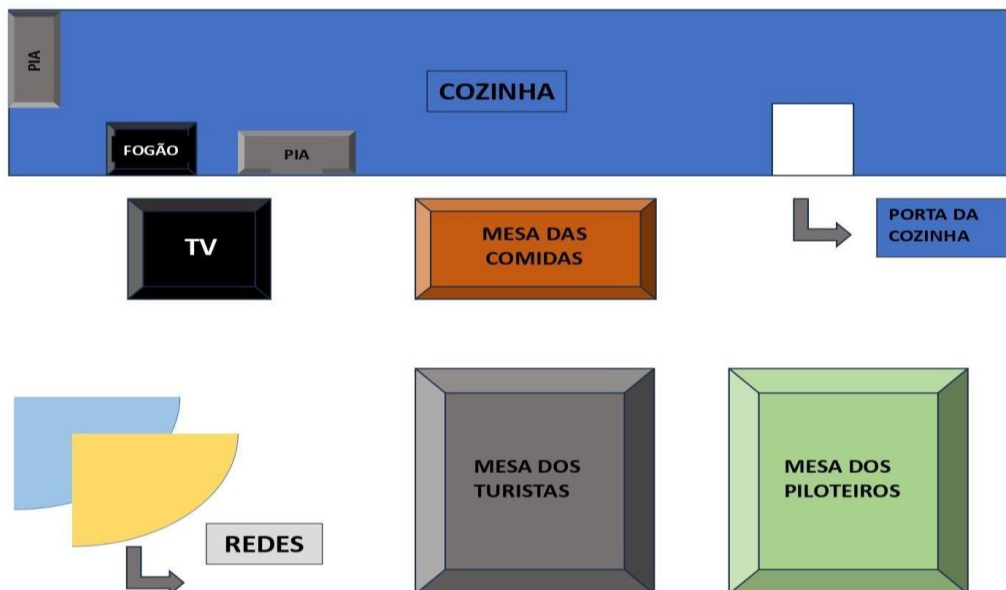


Fonte: Acervo pessoal (2023).

As cozinheiras comem antes ou depois dos turistas se deitarem nos quartos antes da sessão vespertina da pescaria. À tarde, quando as crianças filhas da família dona da pousada chegam da escola, deitam-se nas redes localizadas na cozinha e se retiram apenas no início da noite, quando os turistas retornam da pescaria. À noite, este espaço se torna o principal local de interação entre turistas-trabalhadores-família ao assistir televisão e acessar a internet, mas mantendo-se as divisões territoriais. É neste ambiente que, frequentemente, ocorrem as situações de assédio.

“Tem os turistas que são mais de boa, tem os turistas que ficam em cima da gente, sufocam mesmo. [...] eles pedem em namoro, pedem em casamento. Oferecem dinheiro e não é pouco!” (cozinheira de pousada comunitária no Uatumã, 23 anos, fevereiro de 2023).

Figura 3 - Layout da Cozinha



Fonte: Elaboração própria (2024).

A cozinha não possui porta (Figura 3), facilitando a circulação dos turistas. As cozinheiras passam a maior parte do tempo onde ficam as pias e o fogão. Esse “cantinho” não permite visibilidade para quem está fora da cozinha,

e é onde ocorrem a maioria dos casos de assédio. Como a cozinha tem uma entrada e uma saída, isso propicia o “encurralamento” das trabalhadoras pelos turistas.

A estratégia utilizada pelos proprietários das pousadas para lidar com essa questão indica a transferência da responsabilidade de coibir tais práticas para as funcionárias, possíveis alvo de violência.

Quando o Raul contrata as meninas, eu falo bem séria com elas, o Raul também. A gente explica que não pode tá de conversinha com turista, que tem que ser esperta. Não pode levar nada nos quartos, tem que chamar os piloteiros ou algum homem pra levar. Ele evita de contratar as meninas mais novas, mais vistosas, que é pra nem correr risco. A gente prefere sempre as senhoras, até porque elas já têm mais experiência (Dona Margarida, esposa do dono de pousada comunitária no Uatumã, 51 anos, fevereiro de 2023).

O relato de Dona Margarida demonstra um entendimento de que há culpa na vítima pela sua aparência, já que eles “evitam de contratar as mais novas, mais vistosas”. Isso indica uma normalização de comportamentos inapropriados masculinos diante de mulheres jovens e socialmente consideradas bonitas.

Como os turistas têm livre acesso às cozinhas, costumam entrar para pegar alimentos. Certo dia, um turista adentraram a cozinha após o jantar e perguntou à cozinheira se ela queria fazer companhia para ele, pois estava se sentindo solitário. Disse que podia ajudá-la financeiramente, sugerindo um pagamento em troca de sexo. Presenciamos também assédios em forma de elogios em público às cozinheiras, como “que morena linda!”, “não sabia que na Amazônia tinha mulher tão linda”, e até pedidos de namoro e casamento que deixaram as trabalhadoras visivelmente constrangidas.

Existem grupos que tão iniciando na pesca esportiva, vindo da pesca predatória, o comportamento é diferente. Eles estão aprendendo as regras. Esse grupo, por exemplo, veio da pesca predatória no Pantanal, essa é a primeira temporada de pesca esportiva deles. Aqui, é diferente, como eu já expliquei. Não é só a regra do pesque e solte, tem que respeitar os horários, a comunidade, respeitar as meninas. Isso que você presenciou hoje, [assédio contra cozinheiras] jamais pode acontecer, senão o dono da pousada nos veta no próximo ano. Eu vou conversar com eles!” (líder de grupo de turistas de pesca, novembro de 2023).

Apesar de parecer mais frequente nas cozinhas, o assédio não se restringe a esse ambiente:

Uma das primeiras vezes que eu trabalhei na temporada, um turista me pediu uma toalha, disse que estavam todas sujas, que era pra levar no quarto pra ele. Eu fui na inocência, ele tentou me puxar pelo braço pra dentro do quarto, mas graças a Deus eu me soltei [...] no outro dia, falei pro dono da pousada, ele chamou o guia deles, conversou sério e disse que aquele homem não vinha mais, se ele não respeitasse as regras. (Arrumadeira de pousada comunitária no Uatumã, 32 anos, novembro de 2023).

Como a categoria “assédio sexual” emergiu como aspecto do trabalho feminino no turismo amazônico, não foi abordada no cotidiano das comunidades. Entender esse processo é desvelar as contradições postas em ação no turismo amazônico. Primeiramente, a base das relações sociais carrega a dualidade homem/mulher. Nesse âmbito, os turistas homens se beneficiam de estruturas já consolidadas que estigmatizam mulheres como objetos, frágeis e disponíveis. Mesmo sabendo que os turistas estão errados, muitas estratégias das pousadas penalizam as mulheres trabalhadoras ao invés dos assediadores.

Por outro lado, uma gama de fatores contextuais soma-se nesse conflito. O perfil desses turistas é, em geral, de homens brancos mais velhos, residentes da região sudeste e com boas condições econômicas. Observamos uma segunda contradição ligada às diferenças sociais, pois pessoas brancas são valorizadas socialmente em detrimento de povos tradicionais e/ou indígenas. Não diferente, o modo de vida rural é estigmatizado como menos evoluído que o urbano.

Ademais, uma terceira contradição da relação entre turistas e população local é a própria luta de classes. Os turistas sudestinos em questão são, majoritariamente, detentores de posses, figurando no mínimo como classe média alta. Em contrapartida, identificamos que os donos de pousadas são pequenos empresários, com baixos ganhos em relação à hotelaria tradicional e as mulheres são estritamente trabalhadoras, na medida em que socialmente não detêm direito de propriedade.

A soma dessas contradições resulta em uma estrutura social na qual as mulheres ribeirinhas estão em muitas camadas de desvantagem político-social. Entre a divisão sexual local (que desvaloriza as mulheres) e a necessidade de manter o trabalho com turismo (para melhoria de rendimentos e condições de vida), as trabalhadoras do turismo amazônico são as mais vulneráveis a violências como o assédio sexual. A ausência de proteção para as comunidades locais dificulta um embate direto e firme na raiz do problema (uma cultura machista de assédio),

restando apenas mitigar consequências – ora penalizando individualmente turistas nos casos mais graves, ora penalizando as próprias trabalhadoras com desemprego ou limitação de funções.

Há outras formas que o trabalho no turismo afeta os modos de vida das mulheres na RDSU. Considerando que o trabalho nas pousadas é a primeira oportunidade de desempenhar um trabalho remunerado, isso contribui para a diminuição da dependência financeira. Essa dinâmica introduz uma lógica de ‘trabalhar fora de casa’ para mulheres que ficavam restritas ao perímetro da unidade familiar. Há um ganho simbólico e cultural ao entrar em espaços de convivência com colegas de trabalho e turistas. Por outro lado, elas acumulam mais uma jornada de trabalho.

Portanto, o turismo amazônico se apoia nos arranjos tradicionais de gênero, ao permitir que as mulheres atuem, mas sempre dentro dos limites do dito “trabalho feminino” (podem limpar e cozinhar, mas não podem ser piloteiras). As relações de poder nas práticas sociais da comunidade estudada parecem estar majoritariamente tensionadas para o masculino.

Em suma, observamos que o turismo amazônico simultaneamente contrapõe e contribui para os modos de vida tradicionais das mulheres ribeirinhas. Por um lado, essas mulheres não conseguiram romper com a divisão sexual do trabalho tradicional e o turismo amazônico não representou uma ferramenta plena para sua autonomia financeira. Por outro, elas têm outras funções no seu horizonte (trabalho no turismo, além do trabalho doméstico e da pluriatividade) e futuro (luta por ampliar as possibilidades de trabalho, como a função de piloteiros), isso abre possibilidades para consciência e atuação política coletiva.

Ademais, acreditamos que experiências fundamentadas nos princípios do turismo de base comunitária e da economia solidária apresentam potencial para desestabilizar, em alguma medida, a forma como opera a divisão sexual do trabalho na RDSU, ao promoverem formas de organização baseadas na igualdade entre os sujeitos envolvidos, independentemente de gênero. Além disso, os princípios do associativismo e do cooperativismo – como a autogestão, a solidariedade, a democracia participativa e a distribuição equitativa dos resultados – criam condições materiais e simbólicas que podem permitir a reconfiguração das relações de poder nos territórios (Singer, 2002; Tiriba, 2005; Santos, 2025).

6 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar como as questões de gênero no trabalho feminino do turismo amazônico influenciam nas condições materiais das mulheres ribeirinhas. A combinação dos métodos foi fundamental porque a etnografia permitiu uma entrada aprofundada no objeto e o materialismo histórico-dialético garantiu síntese e crítica da totalidade.

O turismo amazônico possui dinâmicas específicas, diferenciando-o de outros segmentos. Esse turismo apresenta às comunidades locais formas de trabalho mais próximas da lógica capitalista, ainda que coexistam com a produção pluriativa da lógica comunal vigente. Mas tanto na produção tradicional quanto no turismo, o aspecto de gênero demarca forte diferenciação para o trabalho feminino.

Identificamos três questões de gênero fundamentais no trabalho feminino no turismo amazônico: a divisão sexual dos trabalhos, o assédio sexual sobre trabalhadoras e os efeitos sobre os modos de vida dessas mulheres ribeirinhas. Quanto aos impactos nas suas condições materiais: a) na saúde, aumento do desgaste físico e carga mental pois o turismo não representou independência das outras produções nem do trabalho doméstico, somando uma terceira jornada de trabalho; b) ambiente de insegurança devido aos episódios de assédio; c) possibilidades de trabalhar fora e conhecer novas pessoas devido à chegada de turistas, pouco comum para as mulheres ribeirinhas.

As condições econômicas são fortemente afetadas, pois as famílias que trabalham no turismo possuem cada vez mais acesso a bens de consumo para conforto e saúde – inclusive para afastamento de trabalhos fisicamente extenuantes. Porém, tais condições devem ser entrelaçadas ao âmbito do poder e da cultura, pelos quais observamos que as mulheres não são consideradas socialmente como donas das empresas do mesmo modo que seus maridos. E na prática somente homens assumem a propriedade. Se há alguma perspectiva de acumulação de capital a médio/longo prazo, não é pelas mulheres, que assumem tanto em status quanto na prática apenas funções de trabalhadoras.

Apesar da cultura enraizada, observamos o conflito dessas mulheres entre manter seus modos de vida tradicionais e buscar novos horizontes. A organização coletiva pode ser vista no apoio mútuo entre mulheres, familiares,

amigas ou vizinhas. As trabalhadoras do turismo amazônico têm consciência da necessidade de enfrentamento das práticas de assédio dos visitantes e já começam a reivindicar novos cargos e trabalhos dentro da estrutura social, como a função de piloto. Acreditamos que a organização coletiva dessas mulheres apresenta potencial para um salto qualitativo da rede de apoio para a consciência e luta de classes. De acordo com Kergoat, “emancipar-se individualmente é condição para a emancipação coletiva, mas em contrapartida é o coletivo que dá condições para que exista a liberdade individual” (2014, p. 20).

Compreendemos que essa pesquisa representa apenas um passo na investigação desse emaranhado categorial da relação entre gênero, trabalho e turismo amazônico. Para futuros estudos sugerimos abordar: o aspecto de gênero no trabalho masculino; o trabalho de pessoas LGBTQIA+; a dinâmica dessas questões em outros recortes territoriais da Amazônia; a atuação do poder público frente a essas questões, especialmente as práticas de assédio; o tema da masculinidade, pois esses turistas/praticantes da pesca são, na maioria, homens; e a relação de exploração da mais-valia entre agências urbanas e empresas locais.

Por fim, esperamos que esta pesquisa contribua para discussões sobre gênero e trabalho na área do turismo, sobretudo no Turismo Amazônico; ações contínuas de enfrentamento às práticas de assédio dos visitantes/turistas; e superação das restrições nas condições materiais de vida da mulher ribeirinha.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa de doutorado e do auxílio para a realização do trabalho de campo a uma das autoras. À Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), pelo respaldo institucional e pelas autorizações que viabilizaram a realização do campo empírico. Aos moradores da RDS do Uatumã, em especial às trabalhadoras do turismo, por confiarem suas histórias e inquietações na esperança de um “turismo mais respeitoso”.

REFERÊNCIAS

- Adelman, M. (2009). *A voz e a escuta. Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. São Paulo: Blucher Acadêmico.
- Aleman, C. (2009). Assédio sexual. In Hirata, H. et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Almeida, A. (2013). Nova Cartografia Social da Amazônia. In Almeida, A., & Farias Júnior, E. (Orgs.). *Povos e Comunidades Tradicionais: Nova Cartografia Social*. Manaus: PNCSA.
- Amazonas. (2009). *Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã*. Manaus, AM: IDESAM.
- Amazonas. (2010). *Plano de Uso Público Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã*. Manaus, AM: IDESAM.
- Amazonas. (2018). *Atualização do Plano de Uso Público Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã*. Manaus, AM: SEMA.
- Bragason, K. (2016). *Report on Sexual Harassment Overview of Research on Sexual Harassment in the Nordic Hotel, Restaurant and Tourism Industry*. Copenhagen: Nordic Union. <https://www.nordichrct.org/nyheder/report-on-sexual-harassment>
- Brasil, J. (2015). Mulheres Pescadoras da Várzea do Município de Parintins – AM: a pesca do camarão nas comunidades da Brasília e Catispera. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5017>
- Bursztyn, I. (2012). Comercialização no turismo de base comunitária: inovar é preciso. In Costa Novo, & Cruz (Orgs.). *Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico*. Manaus: EDUA/FAPEAM.
- Resolução 510 de 07 de abril de 2016. *Dispõe sobre procedimentos éticos em pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas*. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- Chaves, M., Simonetti, S., & Lima, M. (2008). Pueblos Ribereños de La Amazonía: haberes y habilidades. *Interações*, 2(9) <https://doi.org/10.1590/S1518-70122008000200002>

- Chaves, M., & Simonetti, S. (2020). Sustentabilidade no Trabalho em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia. In Rodrigues, D. C. B. et al. (Orgs). *Sustentabilidade no Amazonas*. Embu das Artes – SP: Alexa Cultural; EDUA/UFAM.
- Chaves, M. (2020). Sustentabilidade e qualidade de vida: modo de vida ribeirinho na Amazônia. In: Rodrigues, D. et al. (Orgs). *Sustentabilidade no Amazonas*. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; EDUA/UFAM.
- Combes, D.; Haicault, M. (1986). Produção e reprodução: relações sociais de sexos e de classes. In: Bulport-Kartchevsky, André et al. *O sexo do trabalho*. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 23-43.
- Costa Novo, C. (2019). *Turismo amazônico: experiências no Alto rio Solimões*, Amazonas (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9423>
- Cunha, M., & Almeida, M. (2001). Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. In Capobianco, J. et al. (Orgs.). *Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios*. São Paulo: Instituto Socioambiental e Estação Liberdade.
- D'incão, M., & Cotta Júnior, H. (2001). Transformações e permanências no espaço feminino na agricultura familiar. In: D'incão, M. A., Álvares, M., & Santos, E. (Org.). *Mulher e modernidade na Amazônia*. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA.
- Fernandes, J., de Araújo, A., & Ribeiro, M. (2021). O Pantanal por elas: o trabalho da mulher pantaneira no turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, 21(1), 33-45. <https://doi.org/10.18472/cvt.21n1.2021.1833>
- Ferreira Filho, C. (2007). *Amazônia em novas dimensões* (2nd. ed). Manaus: Editora Valer.
- Flick, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. (2009). Porto Alegre: Artmed.
- Fundo de População das Nações Unidas. (2023). *Relatório Situação da População Mundial 2023*. <https://brasil.un-fpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2023-ptbr-web.pdf>
- Gondim, N. (2019). *A invenção da Amazônia* (3a ed.). Manaus: Editora Valer.
- Hirata, H. (2002). *Trabalho e gênero: divisão sexual do trabalho na França e no Brasil*. São Paulo: Editora 34.
- Hirata, H. (2015). Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. *Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil*, (7), 1-24. <http://li-brary.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2020). Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. *Revista Política e Trabalho*, 1(53), 22-34. <https://doi.org/10.22478/UFPB.1517-5901.2020V1N53.50869>
- Hutchings, K., Moyle, C., Chaic, A., Garofanod, N., & Moore, S. (2020). Segregation of women in tourism employment in the APEC region. *Tourism Management Perspectives*, (34), 1-15. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2020.100655>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Estatísticas de Gênero. Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf
- Kergoat, D. (2009). Dinâmica e transformações da divisão sexual do trabalho. In Kergoat, D. (Org.). *Trabalho e gênero: relações sociais e desigualdades*. São Paulo: Expressão Popular.
- Kergoat, D. (2014). Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. In Moreno, R. (org.). *Feminismo, economia e política. Debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF.
- Laborda, M., & Scherer, E. (2024). Work and community tourism: reflections on capitalist realism. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, 17(2), e-5267-e-5267. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-199>
- Lazzarini, S. (2003). *Avaliação socioambiental da pesca de subsistência no Rio Uatumã à jusante da barragem da UHE Balbina*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil.
- Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000. *Institui o SNUC e dá outras providências*. <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9985&ano=2000&ato=77ck3aq1kMNpWTfc9>
- Lobo, E. (1992). O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In Costa, A. O., & Bruschini, C. (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas.

- Lopes de Amorim, J., & Bueno, T. (2019). Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 6(2), 153–170. <https://doi.org/10.5212/Revis-taPautaGeral.v.6.i2.00010014>
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo.
- Lunardi, R. (2012). *Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/61936/000866433.pdf?jsessionid=191F6D4223A6731078273BB53CED52CF?sequence=1>
- Marx, K. (2017). *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2011). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Mathieu, N. (2009). Sexo e Gênero. In Hirata, H. et al. (orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Mello, S. (2010). Trabalho doméstico é trabalho: discussões feministas no Cone Sul (1970-1989). *Outros Tempos: Pesquisa em Foco História*, 7(9), 240-259. <https://doi.org/10.18817/ot.v7i9.131>
- Mies, M. (2014). *Patriarchy and accumulation on a world scale: Women in the international division of labour*. London and New York: Zed Books Ltd.
- Moura, V. (2022). *Micro e pequenas empresas representam 89% dos empreendimentos do setor de Turismo*. Ministério do Turismo. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/micro-e-pequenas-empresas-re-presentam-89-dos-empresendimentos-do-setor-de-turismo>
- Paulilo, M. (1987). O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, 5(28), 64-70. https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf
- Paulo Netto, J. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Peirano, M. (2008). Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, 2. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890>
- Peralta, N., & Alencar, E. F. (2008). Ecoturismo e Mudança Social na Amazônia Rural: efeitos sobre o papel da mulher e as relações de gênero. *Campos-Revista De Antropologia*, 9(1), 109–129. <https://doi.org/10.5380/cam.v9i1.13876>
- Perrot, M. (2019). Epílogo. Escrever a história do trabalho das mulheres. In: Maruani, M. (org.). *Trabalho, logo existo. Perspectivas feministas*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Resolução 510 de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre procedimentos éticos em pesquisas nas Ciências Sociais e Humanas. Recuperado de <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br>
- Rodrigues, C. (2018). *Mulheres Pescadoras: os significados do trabalho de pesca do camarão na Comunidade Salvação - Alenquer – PA*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6570>
- Rubin, G. (2017). O tráfico de mulheres. In Rubin, G. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora. Saffioti, H. (2011). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, M. L. (2025). “Se tem o turismo, pra que se matar fazendo roça?”: dinâmicas de trabalho no turismo em comunidades ribeirinhas da RDS do Uatumã/Amazonas. 2025. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2025. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/>
- Silva, A., & Steward, A. (2020). A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará. *Agricultura familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento*, 13(2), 208-229. <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i2.8716>
- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.
- Siqueira, A. (2006). Mulheres, relações de gênero e tomadas de decisão em unidades domésticas caboclas do estuário amazônico. In Adams, C., Murieta, R., & Neves, W. (Org.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume
- Souza, W., & Tiriba, L. (2017). Nexos entre economia e cultura: contribuições do materialismo histórico e da antropologia marxista. *Trabalho Necessário*, 15(28), 24-43. <https://doi.org/10.22409/tn.15i28.p9640>

- Tiriba, L. (2005). Trabalho, educação e autogestão: Desafios frente à crise do emprego. *Trabalho Necessário*, 3, Niterói.
- Torres, I. (2019). O trabalho das agricultoras da Amazônia: um olhar para os direitos humanos. *Revista Saberes da Amazônia*, 4(9), 115-132.
- Veríssimo, J. (1970). *A Pesca na Amazônia*. Belém: UFPA.

Informação dos Autores

Mayra Laborda

Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestre em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares das Culturas Amazônicas (NEI-CAM/UEA). Integrante da Asociación de Investigación y Comunicación para el Desarrollo - Alba Sud e do Grupo Turismo: Gestão e Territórios (UFF). Principais interesses de pesquisa: turismo amazônico; turismo em unidades de conservação; trabalho e turismo; metodologias qualitativas; sociologia do turismo.

Contribuições: Concepção. Metodologia. Análise de dados. Aquisição de financiamento. Coleta de dados. Redação do manuscrito original.

E-mail: mayralabordac@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0286-8378>

Cecília Ulisses Frade dos Reis

Mestra em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pesquisadora do Labor Movens: Condições de Trabalho no Turismo, (UnB/CNPq) e do Laboratório de Estudos Biográficos, Etnografias do Trabalho e Trajetórias Sociais (LABET/UFPR). Colaboradora da Asociación de Investigación y Comunicación para el Desarrollo - Alba Sud (Espanha).

Contribuições: Concepção. Metodologia. Análise de dados. Redação do manuscrito original. Supervisão.

E-mail: ceciufrejs@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1601-8382>

Ivan Conceição Martins da Silva

Docente do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Grupo de Pesquisa Turismo: Gestão e Territórios (UFF).

Contribuições: Concepção. Metodologia. Análise de dados. Redação do manuscrito original. Administração do projeto.

E-mail: ivanmartins@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3353-3463>

Marina Hastenreiter Silva

Docente do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Turismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Integrante do Grupo de Pesquisa Turismo: Gestão e Territórios (UFF).

Contribuições: Concepção. Metodologia. Análise de dados. Redação do manuscrito original. Redação - revisão e edição.

E-mail: marina.silva@prof.eteab.faecetec.rj.gov.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2024-265>

Declaração de Disponibilidade de Dados

Os dados que sustentam os resultados desta pesquisa não estão disponíveis publicamente devido a questões éticas e de confidencialidade. Informações adicionais e trechos anonimizados podem ser solicitados à autora pelo email mayralabordac@gmail.com.